

**PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**

**OUTORGANTE:** **VICTOR DE PAIVA LOPES**, brasileiro, divorciado, empresário, prefeito municipal de Alto Rio Doce/MG, inscrito no CPF sob o nº 068.027.346-80, residente e domiciliado à Rua dos Pereiras, nº. 1.010, bairro Xopotó, no município de Alto Rio Doce/MG..

**OUTORGADOS:** **Welliton Aparecido Nazário**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 205.575 e **Dr. Diego de Araújo Lima**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG 144.831, integrante do escritório **Nazario & Lima Sociedade de Advogados**, OAB/MG 6.034, com escritório matriz estabelecido na Rua Prof. Pedro Aleixo nº 144, Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP 30320-300, telefone (35) 3431-5246, onde recebem notificações e intimações.

Pelo presente instrumento particular de mandato e pela melhor forma de direito com poderes a quem concede, inclusive os das cláusulas "AD JUDICIA" e "AD NEGOTIA", para o Foro em geral, representá-lo(a) junto a Repartições Públicas Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, Secretaria da Receita Federal, Polícia Federal, TCE's, TCU, onde poderá retirar cópias e acompanhá-lo(a) em depoimento, Cartórios, Tabeliães e Registro de Imóveis, DETRAN's, INSS, Justiça Eleitoral, Consórcios, SERASA, SPC, CADIN, CDL, delegacias de polícia, órgãos particulares, Bolsas de Valores, Companhias Telefônicas, audiências, Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive para as ações penais de representação privada, Queixa Crime, dentre outras, receber citações, notificações e intimações, requerer, retirar, assinar e apresentar documentos, alegar e prestar declarações e informações, mover ações judiciais, constituir advogado, defender seus direitos e interesses, acompanharem até final julgamento, o processo em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, e quaisquer outros órgão da Administração Pública, direta ou indireta, privados ou creditícios, autarquias, fundações, conselhos de classe, intentando ou acompanhando qualquer ação, feito ou processo de natureza civil inventário, criminal, fiscal, comercial, trabalhista, administrativo ou judicial, habilitação e impugnação de crédito em falência ou recuperação judicial, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, resolver e assinar tudo que for referente a heranças, inventários e partilha de bens, receber benefícios, podendo também os procuradores usar dos poderes especiais dispostos no art. 105 do CPC, quais sejam: reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação, levantar alvarás, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, substabelecer essa a outrem, com ou sem reservas de igual poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecimento e firmar compromisso ou acordo bem como agir administrativamente perante aos órgãos públicos competentes para o bom desempenho desse mandato, inclusive de requerer certidões negativas ou positivas nas fazendas federais, estaduais e municipais. **Em especial para representá-lo perante o TCE/MG.**

Alto Rio Doce/MG, 14 de março de 2024.

---

**VICTOR DE PAIVA LOPES**

(35) 3431-5246 / (31) 98989-0334 / (31) 3264-6451  
Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP, Cambuí/MG  
**www.nladvogados.adv.br**